

O PROJETO PEDAGÓGICO DE PEDAGOGIA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS: REFLEXÕES A PARTIR DO PIBIC/UFAL

Mayara Mirelly da Silva ¹

Jusciney Carvalho Santana ²

INTRODUÇÃO

Trata-se do relato de um projeto em desenvolvimento, vinculado ao Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal de Alagoas (PIBIC/UFAL) intitulado “A gestão democrática nos cursos de Pedagogia das universidades públicas brasileiras”³, que tem como objetivo identificar e analisar, na estrutura curricular dos cursos de Pedagogia das universidades públicas brasileiras, municipais, estaduais e federais, se há a previsão de estudos teórico-metodológicos e práticos envolvendo gestão democrática na educação, conforme preconiza a Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9.394/96) e também a Resolução CNE/CP nº 2/2015, que define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduados e de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

A demanda por viabilizar este estudo justificou-se por compreendermos que na concepção da formação em Pedagogia pressupõe considerar os diversos saberes, para além da docência, uma vez que o profissional egresso poderá atuar em diferentes espaços escolares e não escolares.

Nessa perspectiva, sendo o Projeto Político Pedagógico (PPP) um instrumento que organiza os propósitos almejados na processo de ensino-aprendizagem, com o objetivo de garantir uma imersão sobre os problemas da educação escolar, deve ser visto, também, como o principal documento norteador a ser analisado uma vez que, a partir dessa análise, o PPP nos permite refletir sobre as funções sociais da escola e pensá-las não apenas sobre a formação docente, mas também sobre a concepção de sociedade e de cidadãos e cidadãs que se almeja formar.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, mayaramirelly78@gmail.com;

² Professora Orientadora. Doutora, Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas. juscineycarvalho@gmail.com.

³ A graduanda Anne Gabrielly Silva da Costa também integra a equipe do referido projeto. Graduanda do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas - UFAL anne.costa@cedu.ufal.br;

Partindo-se, então, da análise qualitativa dos projetos pedagógicos de cursos de Pedagogia, esta pesquisa vem permitindo essa possibilidade, ou seja, identificar a presença ou não de componentes curriculares responsáveis para contribuir na promoção de um processo de formação pautado nos princípios democráticos, e que fortaleçam o ideário de uma educação gratuita, laica e de qualidade (DOURADO, 2015).

Portanto, compreender a educação básica através do olhar sobre a formação inicial de professores revela-se uma estratégia essencial para vislumbrarmos novos movimentos em prol da superação de um currículo de viés conteudista, elitista e excludente, que desconsidera as desigualdades sociais, a diversidade étnico-racial, regional e de gênero, especialmente ao nos atentarmos para o cenário atual da escola pública no Brasil, muito impactado com o fenômeno da pandemia.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Esta investigação parte de uma abordagem qualitativa, cuja base teórica está alicerçada na pesquisa documental e também bibliográfica, de forma que seja possível materializar um arcabouço conceitual articulando gestão democrática e projeto político pedagógico.

Nesse sentido, estão sendo desenvolvidas duas etapas da pesquisa, 1) busca nos sites institucionais e catalogação dos projetos pedagógicos dos cursos de Pedagogia das universidades públicas brasileiras (municipais, estaduais e federais); 2) a revisão da literatura (meios impressos e virtuais) sobre os temas correlatos. Simultaneamente ao levantamento dos projetos pedagógicos dos cursos de Pedagogia, o estudo busca identificar e analisar como está concebida a pauta da gestão democrática e dos demais componentes curriculares que atentam-se para diversidade étnico-racial e de gênero, na estrutura curricular de cada curso de Pedagogia ofertado, compreendendo que garantir a inclusão dessas questões no âmbito da educação superior, colabora para promoção de uma educação mais plural, mais inclusiva e, portanto, mais democrática desde a educação infantil, para que possa ser fortalecida nos demais níveis da escolarização.

Através da pesquisa documental foi realizada a sistematização do conjunto de informações curriculares dos projetos pedagógicos dos cursos de Pedagogia das universidades públicas brasileiras, disponibilizados nos sites institucionais, justificando-se essa escolha pelo fato de ser possível a coleta de dados indispensáveis à investigação, por estarem disponíveis nos portais das universidades públicas, considerando a lei da transparência do serviço público.

No entanto, é importante destacar que parte desse acervo revelou uma limitação para o desenvolvimento da pesquisa, pois alguns documentos localizados encontram-se defasados, indicando que determinadas instituições estão com seus sites atualizados e/ou seus projetos pedagógicos dos cursos, mesmo considerando tal obrigatoriedade requerida às instituições de educação superior, nos termos da Resolução CNE/CP nº 2/2015,

Nessa perspectiva, a equipe deste projeto tem buscado realizar novas consultas aos sites que hospedam os PPPs de Pedagogia, além de procederem à leitura dos arquivos, para etapa de qualificar as informações e com isso a identificação das presenças e/ou omissões sobre gestão democrática, em componentes curriculares obrigatórios e optativos e de temas afins que possam ampliar a compreensão sobre como os princípios democráticos podem ser ampliados no cotidiano escolar.

Por fim, é importante destacar que este projeto, por não envolver seres humanos, não foi necessário garantir o cumprimento da exigência da aprovação anterior do Comitê de Ética em Pesquisa da UFAL, segundo as normas do Edital PIBIC 2020/2021.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para Veiga o projeto político pedagógico dá o norte, o rumo, a direção e “possibilita que as potencialidades sejam equacionadas, deslegitimando as formas instituídas” (VEIGA, 2000, p. 192).

A partir da implementação do PPP podem ser criadas estratégias para concretizar aspirações, no entanto, para promover um acompanhamento global, deve ser construído coletivamente, considerando os segmentos da comunidade da unidade escolar e suas condições sociais.

Um dos propósitos do PPP é o de promover uma educação de qualidade, que somente será possível de ser concretizada se a escola estiver centrada em criar meios para promoção de equidade entre os estudantes, a despeito de suas diferenças sociais, étnico-raciais, culturais, suas individualidades e dificuldades, a partir de uma gestão pautada nos princípios democráticos.

Nesse sentido, se um PPP é construído de forma verticalizada, sem a participação de professores, gestores e estudantes, a escola não terá êxito em suas intenções, tendo em vista que desconsidera as demandas da comunidade escolar e também o cenário social. Desta forma, o PPP assume um caráter estritamente burocrático, voltado ao cumprimento de normas, o que não

oferece ao docente a flexibilidade necessária para permitir uma educação abrangente e de qualidade (VEIGA, 2003).

O currículo da escola é de fundamental importância na formulação do PPP, pois é através dele que podemos refletir sobre os conceitos que embasam a estrutura democrática. É através da proposta curricular que identificamos se os objetivos propostos no PPP podem ser materializados na prática pedagógica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir estão apresentados os principais resultados parciais desta pesquisa ainda não finalizada. A investigação teve como um dos métodos organizacionais a análise inicial sobre a distribuição de universidades e cursos de Pedagogia ofertados, por região (Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste).

De acordo com o mapeamento realizado pela equipe do projeto Pibic, a região Sudeste e Sul contabiliza 54 universidades (31 no Sudeste e 23 na região Sul), divididas por níveis, Estadual, Federal e Municipal. Já as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste por sua vez contabilizam 53 universidades (14 no Norte, 30 no Nordeste e 9 no Centro-Oeste) divididas nos mesmos níveis expostos anteriormente resultando em um montante de 107 universidades mapeadas (61 Federais, 40 Estaduais e 5 Municipais).

A partir deste mapeamento identificamos 100 universidades que ofertam o curso de Pedagogia (27 no Sul, 21 no Sudeste, 14 no Norte, 29 no Nordeste e 9 no Centro-Oeste) e desse quantitativo (100 universidades públicas) foram mapeados 311 cursos de Pedagogia, considerando além do campus central, os *campi* fora de sede.

Desse total foram localizados e coletados apenas 145 PPCs e 166 não encontrados. Este déficit de 53,37% corresponde ao percentual de instituições que não inseriram o PPC em seus portais.

Considerando os documentos coletados, a próxima etapa da pesquisa se configurou pela análise dos PPCs localizados, com vista a identificar se há oferta de estudos teórico-metodológicos e práticos envolvendo gestão democrática na educação. O método organizacional que preconizava o estudo de universidades por região continuou sendo utilizado.

E, para uma análise mais eficaz e ágil, foram então adotadas algumas palavras-chaves norteadoras, tais como: *Democracia, Estágio em Gestão, Relações Étnico-Raciais, Direitos Humanos, Gênero e Diversidade, Ed. Indígena e Quilombola, Ed. Especial, Ed. Ambiental, Educação de Jovens e Adultos.*

Nessa análise um segundo objetivo foi o de verificar se os PPCs encontrados atendiam às novas DCNs. Sendo assim se fez necessário realizar uma filtragem nos documentos com relação ao ano de publicação do PPC. Posto isso, apenas os PPCs atualizados a partir de 2016 por diante eram viáveis para garantir tal análise. Após a triagem e considerando apenas os PPCs analisados até o momento, apenas 68 PPCs atendiam aos anos de publicação esperados.

Com relação à pesquisa das palavras norteadoras, foram definidas quatro categorias: *oferta no currículo obrigatório, oferta no currículo optativo, oferta no currículo obrigatório e optativo, ausência de oferta*. Como se trata de uma pesquisa em andamento, algumas palavras ainda não foram analisadas.

Quanto à recorrência da categoria (*oferta no currículo obrigatório e optativo*) das cinco regiões, identificamos um quantitativo expressivo nos PPCs: 80,88% para Relações Étnico-Raciais; 83,82% para Direitos Humanos; 88,23% para Diversidade, 60,29%; para Educação Indígena e Quilombola; 91,17% Ed. Especial, e 88,23% para Educação Ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a importância desse debate e os resultados obtidos até o momento, podemos concluir que a análise dos currículos dos cursos de Pedagogia é de suma importância para evidenciar se contemplam componentes curriculares tematizando democracia e se atendem aos pressupostos determinados nas DCNs, LDB e Constituição Federal.

Considerando que a escola é responsável pela formação profissional e cidadã, cabe destacar que deverá prover estratégias pedagógicas que possibilitem aos estudantes o pleno desenvolvimento de múltiplos saberes que estimulem seu desempenho quanto a conquista da sua autonomia, essencial para o exercício da cidadania e das escolhas profissionais futuras.

Pensar em um currículo que seja produto da realidade interna da escola inspirada no contexto social da comunidade escolar, possibilita a criação de meios para a promoção de uma educação que contemple os mais diversos contextos sociais além de garantir aos discentes uma formação emancipatória, que ultrapassa a visão tecnicista e contribui para formar sujeitos críticos e independentes, que possam contribuir para as transformações na realidade social.

Por fim, vale salientar a relevância do PIBIC, uma vez que permitiu a imersão das graduandas do curso de pedagogia na iniciação científica podendo aprofundar seus conhecimentos nos documentos que norteiam a formação em Pedagogia, o que contribuirá para uma futura atuação docente aliada à pesquisa educacional.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico; Gestão Democrática. Currículo, Pedagogia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação Nacional. Brasília: **Congresso Nacional**, 1996.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº. 2/2015, de 1º de julho de 2015. Brasília, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015.

DOURADO, Luiz Fernandes. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. **Educ.Soc.**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 299-324, jun. 2015.

VEIGA, Ilma P. A. **Inovações e Projeto Político Pedagógico: uma ação regulatória ou emancipatória?** Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n.61, p. 267-281, dez. 2003.

_____. Ilma P. A. **Projeto político-pedagógico: continuidade ou transgressão para acertar?** In: CASTANHO, M.E.L.M.; CASTANHO, S. (Org.). **O que há de novo na educação superior: do projeto pedagógico à prática transformadora**. Campinas: Papirus, 2000.